

“ENQUANTO HOVER RACISMO, NÃO HAVERÁ DEMOCRACIA”: O MOVIMENTO NEGRO OLHA PARA JUNHO DE 2013

“WHILE THERE IS RACISM, THERE WILL NOT BE DEMOCRACY”: THE BRAZILIAN BLACK MOVEMENT LOOKS AT JUNE 2013

Marianne da Silva Rocha

Marianne da Silva Rocha é cientista social, mestre e doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), estudando nacionalismo, pan-africanismo, juventude e mobilização política no continente africano.

 10.17771/PUCRio.DDCIS.66116

RESUMO

Neste artigo argumento que a principal inovação trazida pelas Jornadas de Junho de 2013 para a esquerda brasileira é o reposicionamento da agenda pública por meio da incidência do movimento social negro dentro dos partidos e do Estado. Esse movimento está voltado para ocupação de cargos eletivos por candidaturas negras diante da crise de legitimidade do sistema político em que seus ocupantes demonstraram algum nível de esgotamento após três décadas de governos federais de centro-esquerda. Com um método indutivo, construí uma narrativa baseada em categorias nativas das entrevistas semiestruturadas feitas com quatro ativistas com mais de 60 anos, observando a mutação nas características principais do ator político do movimento negro comparativamente, entre 1985-2010 e 2011-2023.

PALAVRAS-CHAVE: memória; acontecimento; militantes; Estado.

ABSTRACT

In this article I argue that the main innovation brought by the June 2013 Days for the Brazilian left is the repositioning of the public agenda based on the incidence of the black social movement within the parties and the State aimed at occupying elective positions by black candidates in the face of the crisis of legitimacy of the political system in which its occupants demonstrated some level of exhaustion after three decades of center-left federal governments. Using an inductive method, I constructed a narrative based on native categories from semi-structured interviews carried out with 4 activists over 60 years of age, observing the mutation in the main characteristics of the black movement political actor comparatively between 1985-2010 and 2011-2023.

KEYWORDS: memory; occurrence; militant; State.

Figura 1: Jovem com seu turbante carrega bandeira do Brasil pintada de vermelho, simbolizando sangue.



Foto: Cizinho Afreeka, 2013. Fonte: CIZINHO AFREEKA. [Sem título]. Rio de Janeiro, [2013]. Facebook: cizinho.afreeka. Disponível em: <https://web.facebook.com/media/set/?set=a.647892498573470&type=3>. Acesso em: 26 dez. 2023.

Introdução

Neste artigo pretendo abordar os processos de institucionalização do movimento social negro e mostrar a participação desse ator coletivo nas Jornadas de Junho de 2013 por meio da visão privilegiada de militantes históricos com mais de 60 anos, sendo possível perceber que jovens e velhos apreenderam de maneira parecida o mesmo acontecimento. Com base em categorias nativas, darei indicativos primários e mais gerais sobre os processos de (1) produção de memória, (2) teorias do acontecimento e novas formas de organização da ação política e (3) alternativas ao acontecimento à esquerda.

Do ponto de vista do contexto sociopolítico, Sarmiento, Reis e Mendonça (2017) também remontam o momento histórico em que o país vivia em um plano mais geral. O esgotamento do modelo de desenvolvimento consumista promovido pelo Lulismo, a ascensão de uma nova classe média com suas reivindicações e as dificuldades de articulação de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato contribuíram para os descontentamentos e a reativação da sociedade civil.

Com os movimentos de rua que se avolumaram desde então, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, estaríamos vivendo o fim de um ciclo político (definido como um período entre duas conjunturas críticas em que se estabelece no debate público uma estabilidade das agendas e dos atores hegemônicos, bem como do funcionamento das instituições nas quais se configuram as lutas políticas), como analisa Bringel e Domingues (2022)? Não pretendo fechar essa questão, mas dar dois passos para trás, para um momento importante na democracia brasileira, que após 10 anos está sendo alvo de diferentes reflexões.

Ao inserir esse ator coletivo, o movimento social negro, e sua tensa dinâmica de transformação que se desdobrou naquele cenário, mas que passou completamente despercebido nas análises do “calor do momento” (SINGER, 2013; GOHN, 2016; BUCCI, 2016), chamo a atenção para o dossiê do Observatório Social da América Latina (OSAL), publicado em novembro último.

Nele, Raúl Zibechi atenta para a mudança no perfil dos atores sociais envolvidos com movimentos de rua em comparação com 2008, especialmente em Brasília, organizados ao redor do Movimento Passe Livre: *"Es el tipo de personas que no encuentran 'su' lugar en una institución formal, sea un partido de izquierda, una entidad estudiantil o un sindicato"* (ZIBECHI, 2013, p. 23). Ele falava de pobres e de negros.

Com base na fala de quatro ativistas idosos que estiveram presentes já no fim das Jornadas, quando o verde e amarelo invade o cenário público, meu objetivo é contribuir com a literatura que complexifique o cenário exposto nas ruas naquele momento.

Foram conduzidas duas entrevistas por telefone e duas presencialmente, por meio de roteiro semiestruturado que buscava responder às seguintes questões: correlação entre a Revolta dos Turbantes (uma estratégia de inserção do movimento negro no interior das Jornadas partindo de demarcadores próprios e específicos) e a Marcha Contra a Farsa da Abolição de 1988 (que buscava tensionar a data da abolição, 13 de maio, como símbolo nacional); o papel do movimento negro e seus diferentes padrões de interação com o Estado; acúmulos no combate ao racismo; e as respostas dos partidos de esquerda.

Apontamentos da literatura e introdução de um novo ator coletivo: movimento negro

Conforme as análises anteriores, as contemporâneas também não registraram atores específicos dessas mobilizações, preferindo grandes agrupamentos. Ricci (2023) evidencia que a característica central da época era a fragmentação, uma desconfiança aguda dos partidos políticos e das tomadas de decisão de maneira centralizada. O autor chama atenção para uma das frases mais citadas nos protestos: "saímos do Facebook!", e como as redes de informação localizadas em rede social angariaram voluntários desconhecidos entre si, mas mobilizados o suficiente para estarem nas ruas.

Ricci (2023) conseguiu identificar pelo menos duas grandes narrativas que estavam nas ruas: (1) iniciativas da extrema direita que, desde 2005, partindo da rede social Orkut, conseguiram formar jovens e posicioná-los ao redor de institutos e organismos estudantis, porém enfatizando sua baixa capacidade de liderança e articulação; e (2) uma forte crítica aos gastos públicos dedicados aos grandes eventos, que ocorriam especialmente no Rio de Janeiro, acusados de corrupção e desvios de recursos públicos.

O processo de gentrificação das cidades foi sentido por quase todas as classes sociais. As vulnerabilidades e dificuldades eram feridas abertas, e Ricci (2023) prefere não estender sua interpretação sobre o novo ciclo reacionário que se formou em 2015 aos eventos ocorridos em 2013.

Nessa mesma linha, Alonso (2023) traz uma visão que passeia pelas interpretações mais institucionais sobre os ocorridos. Citando as visões do Executivo federal, a autora argumenta que reproduziam um *hit* sociológico dos anos 1970, no qual, em suas palavras, as demandas

populares seriam crescentes: satisfeitas as demandas da vida material, as pós-materialistas seriam requeridas (qualidade de vida). Jornalistas preferiam a tese da crise da representação. Pessoalmente, lembro-me do sentimento anti-Rede Globo, de compartilhar dele (à época com 21 anos, já tinha passado pela “escola comunista” e pelo movimento negro carioca) e do gozo generalizado ao ver o jornalista Arnaldo Jabour tendo que se retratar em relação ao movimento das ruas após tê-lo qualificado como motivado “por apenas 20 centavos” em referência ao aumento da tarifa de ônibus em rede nacional. A autora ainda relembra a coluna de Olavo de Carvalho que cravava ser a direita a vítima de todo aquele alvoroço, mas que ao fim de mês estudiosos como Marilena Chauí denunciavam o sequestro do movimento pela direita quando bandeiras verde-amarelo tornaram-se onipresentes.

Já academicamente, o evento foi repartido. Alguns escolheram olhar os atores e os sentidos da ação coletiva; outros, o papel e os efeitos das redes sociais; outros, a narrativa etc. Havia, segundo a autora, uma percepção sobre inovação política. Especialmente após a greve dos caminhoneiros de 2018, os movimentos sociais se apresentavam menos centralizados e exibidos nacionalmente. Alonso (2023) ainda conclui que mesmo diante da diversidade de interpretações, seja dentro ou fora da academia, há uma unidirecionalidade nas análises do fenômeno que culminam em explicações sobre o bolsonarismo, e ela deseja afastar-se dessa narrativa. Para a autora, as questões redistributivas, as moralidades públicas e privadas e a violência estatal na agenda da segurança pública e dos crimes cometidos durante a ditadura (fortemente lembrada no discurso anti-Globo com o *slogan* “A verdade é dura. A Rede Globo apoiou a ditadura!”) eram temas centrais. Ela destacou três campos (organizados por repertórios) predominantes disputando as ruas: o neossocialista, o autonomista e o patriota, seguindo sua autoidentificação, sendo este último o ator coletivo predominante tanto nas ruas, como no sistema político.

Há ainda a visão de Maria da Glória Gohn (2014), em que, no Brasil, os movimentos sociais perderam força política como agentes autônomos, operacionalizando uma lógica de cima para baixo em que se transformaram em instrumentos da institucionalização de práticas sociais organizadas, perdendo sua universalidade na luta e na conquista de igualdade para todos. Especificamente sobre 2013, Gohn (2023) interpreta como um acontecimento nos termos de Badiou, que ainda está em disputa por diferentes setores da sociedade. Sua principal característica é a participação jovem, em que uma parcela se organizava em coletivos e propunha novas formas de fazer política para além das conhecidas tradicionalmente (como sindicatos).

Além da presença maciça de pessoas negras dispersas, o movimento negro (MN) somando cerca de 200 pessoas, esteve presente nesse acontecimento no Rio de Janeiro e buscou identificar-se e diferenciar-se do grosso dos manifestantes, nomeando o próprio ato como “Revolta dos Turbantes” em termos estéticos e organizativos. Compondo a minoria das pessoas presentes que pertencia a alguma organização prévia, diante da maioria mais significativamente

fragmentada, esse grupo escolheu o turbante como uma marca. Restou aos fotógrafos organizados em coletivos e alguns outros indivíduos coletivizados registrar aquele momento que ninguém mais falou, não saiu em jornal, apenas uma nota no Portal Geledés.¹ Este artigo, diferentemente da maioria da literatura que trata da heterogeneidade dos atores, trata dessa minoria e pretende ser mais uma visão a disputar os significados de 2013.

Em postagem de 21 de junho de 2013, José de Andrade² registrou em sua página de Facebook:

Em 64 eu não participei, mas 83 nas Diretas e 92 Fora Color me fiz presente. Mas a que foi pra mim de maior importância, foi em 88 Centenário da Abolição, quando fomos impedidos de avançarmos na Presidente Vargas e chegarmos ao busto de Zumbi dos Palmares. Fizemos isso hoje, dia 20 de junho de 2013... Esse grupo de jovens, que ordeiramente acompanhou toda a manifestação, com palavras de ordem as quais de desejo e de desabafo sobre o sistema, deu essa resposta ao atravessarmos o Pantheon... Alma lavada, dever cumprido... A Revolta dos Turbantes... Marcos Romão, Januario Garcia, Adelia Azevedo, Spirito Santo, Aderaldo Gil, e mais alguns outros que estiveram presentes, compartilharam esse momento. Mesmo não sendo uma data específica, a leitura feita foi específica de uma luta que ainda não acabou...

"A polícia mata preto", "Quem não pula é racista", foram as mais cantadas durante a caminhada até o Monumento...³.

Com diferentes cartazes chamando a atenção para as mais diversas demandas desse movimento social, palavras de ordem expressando suas opiniões que envolviam citações a Malcom X, referências ao pan-africanismo, contra o machismo e o sexismo, anti-LGBTQfobia etc., o encontro foi marcado no dia 20 de junho por Facebook, de forma que não se conhece a autoria do chamado. Antes, diversas pessoas negras envolvidas com movimentos sociais negros estavam nas passeatas e acharam oportuno trazer para aquele espaço heterogêneo mais uma bandeira de luta.

¹ Ver: NERES, Vilma. Revolta dos Turbantes afirma reivindicações da população negra durante manifestação histórica na cidade do Rio de Janeiro. *Portal Geledés*. [S. l.], 23 jun. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/revolta-dos-turbantes-afirma-reivindicacoes-da-populacao-negra-durante-manifestacao-historica-na-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

² Carioca, José de Andrade tem 68 anos e é fotógrafo. Passou a integrar as fileiras do movimento negro por meio da relação com o samba, especificamente com a Escola de Samba Império Serrano (no bairro de Madureira), e do Teatro de Opinião, conhecendo, assim, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) no início da década de 1980 e identificando Yedo Ferreiro e Amauri Mendes como seus mentores. Foi filiado ao PDT e membro do Coletivo de Fotógrafos Negros do Rio de Janeiro.

³ José de Andrade, 2013. Fonte: JOSÉ DE ANDRADE. [Sem título]. Rio de Janeiro, 21 jun. 2013. Facebook: zezzyinho. Disponível em: https://www.facebook.com/zezzyinho/posts/pfbid0uKZxAybf5FjWeda4hzUYcw4cs6thD22RmaUZ43WH6sWtgn37sTz4JZ8dREJftougl?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 26 dez. 2013.



Figura 2: Cartaz produzido por uma jovem de 21 anos durante a Marcha.



Foto: José de Andrade, 2013. Fonte: JOSÉ DE ANDRADE. [Sem título]. Rio de Janeiro, [2013]. Facebook: zezzyinho. Disponível em: <https://web.facebook.com/media/set/?set=a.10151633571259898&type=3>. Acesso em: 26 dez. 2013.

Eu estava no meio de diferentes coletivos (à época, eu compunha uma organização internacional sediada na Pensilvânia, nos Estados Unidos, chamada Afrocentricity International), pessoas não coletivizadas, estudantes, fotógrafos, entre outros, reunidos na Igreja da Candelária, no centro do Rio, diante da manifestação criada em 2009 em lembrança a crianças e jovens chacinados em 1993 pela polícia. O manifesto indicava o desenho de contorno dos corpos estirados no chão, e em 2013 completava 20 anos daquele ocorrido. Velas foram acesas, fotos de ativistas conhecidos nacional e internacionalmente foram coladas em suas roupas e bolsas. Havia também megafone, discursos de diversas ordens, mas a principal pauta eram as altíssimas taxas de assassinatos de jovens negros no Brasil que perduram até hoje.

Figura 3: Manifestantes acendem velas e produzem cartazes em homenagem aos mortos durante a Chacina da Candelária. Rio de Janeiro, 2013.



Foto: Cizinho Afreeka. Fonte: CIZINHO AFREEKA. [Sem título]. Rio de Janeiro, [2013]. Facebook: cizinho.afreeka. Disponível em: <https://web.facebook.com/media/set/?set=a.647892498573470&type=3>. Acesso em: 26 dez. 2023.

Dali, seguimos em marcha até o busto de Zumbi dos Palmares, na Avenida Presidente Vargas. No meio do caminho, diferentes pessoas se juntaram a nós, muitas outras rasgaram os cartazes que espalhamos pelo caminho até chegarem as primeiras bombas de gás lacrimogêneo na altura da Central do Brasil. Muitas pessoas iniciaram a depredação de patrimônio público, como escolas e bancos; aos meus olhos eram quase todas pessoas negras. Naquela altura, o movimento que ocupava as ruas desde o início do mês já estava sofrendo mutações graças ao discurso da mídia televisiva, que apontava os limites de sua legitimidade. Os integrantes queriam se diferenciar, e iniciaram gritos de denúncia às ações de vandalismo para produção de ordem, que quase nunca era alcançada.

Nesse sentido, este artigo parte de dois princípios: da minha posição na Revolta dos Turbantes e nas entrevistas conduzidas com militantes históricos do movimento social negro. Estes últimos foram relegados aos bastidores, uma vez que desapareceram como membros importantes do ativismo na seleção da literatura a respeito, enfocando quase sempre nos mesmos atores dentro do movimento, normalmente as lideranças que souberam instrumentalizar melhor sua posição, seja nas ações coletivas anteriores de que participaram, seja das Jornadas de Junho de 2013.

O movimento negro: processos de institucionalização e sua presença nas ruas

De certa forma, a história da militância negra brasileira vem sendo contada majoritariamente com base em três áreas: (1) do pensamento social que se define quase sempre pelo domínio da palavra escrita; (2) da história oral, na qual há uma predominância de nomes-referência, lideranças ou daqueles a quem são concedidos direito de fala; (3) da educação, em que reside a maior concentração de estudos sobre as relações étnico-raciais no país (MÜLLER, 2015). Os entrevistados Adélia Azevedo (79 anos), João Carlos Araújo (66 anos), Jorge Ferreira (61 anos) e José de Andrade (68 anos), os dois últimos profissionais da fotografia e componentes do Coletivo de Fotógrafos Negros do Rio de Janeiro, estiveram presentes em muitos momentos marcantes da história do movimento negro e do Brasil, seja por trás das lentes, seja à frente dos holofotes.

Assim, parto da Revolta dos Turbantes para construir uma visão das Jornadas de Junho de 2013 por meio das entrevistas e para avançar nos acúmulos do depois. As percepções dos entrevistados importam por alguns motivos: (1) integraram movimentos de rua em momentos diferentes do Brasil; (2) produzem memória sobre a presença do movimento negro em momentos marcantes da historiografia brasileira; (3) produzem reflexões sobre mudanças na ação coletiva de um mesmo movimento social por meio de mudanças geracionais; (4) a percepção de que as interpretações acadêmicas ou de políticos a respeito desse acontecimento parecem significativamente distantes do sentido produzido para quem estava nas ruas, e, como uma jovem que as ocupou, é minha intenção contribuir com o debate de maneira qualificada.



Segundo Guimarães (2021), há uma mudança especial no padrão de identificação racial estabelecido no Brasil a partir dos anos 1990. Segundo demonstra o sociólogo, o componente cor, que era flexionado a depender da classe social a que o indivíduo pertencia, sendo chamados de mulatas, por exemplo, pessoas não brancas, quando pertencentes a classes sociais mais altas, passando a classificar (1) traços físicos, (2) origem familiar e (3) tradição e cultura de maneira mais preponderante que (4) origem socioeconômica, nessa ordem de importância. Essa mutação pode ser vista como herdeira dos tempos de democracia.

A constituição cidadã, como nominada pelos intelectuais, garantiu diversos direitos sociais, mas também é vista como produzida a partir de uma participação ativa de setores de centro-esquerda e da sociedade civil. Com base nela é instituída a Fundação Palmares, e são reconhecidos os direitos da população quilombola, que, no geral, é exposta à participação ativa do movimento social negro no interior dos partidos, principalmente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ocupando setores decisórios, posições estratégicas de governos, no lançamento de "candidaturas negras" e pautando publicamente o tema das cotas. O Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Educação, idealizado e conduzido mormente por militantes negros, instituído em 20 de novembro de 1995, no Executivo federal (gestão Fernando Henrique Cardoso), a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no mesmo ano e outras iniciativas povoaram o imaginário da imprensa hegemônica dos anos seguintes, especialmente pelo tema da instituição de cotas raciais como demonstra a obra *Questões de raça* (1996) produzida pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

A seguir, vieram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 9.394/1996, alterada pela Lei nº 10.639/2003), a regularização das terras quilombolas (Decreto nº 4.887/2003), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), o princípio constitucional das ações afirmativas em 2012, a Lei de Cotas nas instituições públicas federais de ensino médio e superior (Lei nº 12.711/2012). Esses são marcos importantes da perda de força da ideologia da democracia racial nas instituições brasileiras e na própria percepção racial dos brasileiros.

Rios (2018) e Santos (2012) demonstram o alto grau de institucionalização política do movimento negro no novo ciclo democrático brasileiro (1985-2016) e Rodrigues e Pereira (2023) demonstram o mesmo com enfoque principal durante as gestões petistas na presidência (2002-2014). Porém, é possível perceber um hiato entre institucionalização e representação (movimento negro – população negra) que pode ser analisado por diferentes pontos de vista. Alguns teóricos utilizam categorias dicotômicas para analisar a ação coletiva como contenção-institucionalização, *outsider-insider*, autonomia e cooptação. O bojo em que essa concepção se insere é com base em uma teoria em que o enfoque organizacional é associado à desmobilização, à burocratização, à profissionalização e ao descolamento da base social. Portanto, há uma

correlação entre complexificação organizacional e desmobilização do movimento (MEYER; TARROW, 1998; PIVEN; CLOWORD, 1979; McCARTHY; ZALD, 1973).

Giacomini e Terra (2014) exploram a natureza da interação do movimento negro com a esfera pública por meio do estudo de caso do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), entendido como "um marco histórico (...) e exemplo da abertura de canais entre governo federal e o movimento negro" (p. 196-197) por seus integrantes, que incluía, além de negros, representação de ciganos, indígenas, judeus e árabes. Isso traz alguns sentidos para o nosso debate, pois, conforme Rios (2018), até 2016 (momento de encerramento do ciclo democrático) a principal estratégia adotada pelo movimento negro no ciclo democrático encerrado neste ano é a interação com esferas executiva, participativa e burocrática. Fundado em 2003, o CNPIR é apenas um dos exemplos dos vários conselhos criados durante as gestões petistas. Ali, constavam 44 membros, dos quais: 22 representantes do Poder Público federal; 19 representantes de entidades da sociedade civil de caráter nacional; e três personalidades notoriamente reconhecidas no âmbito das relações raciais.

As principais características desse conselho, além do evidente desequilíbrio entre representantes do poder público e da sociedade civil, segundo as entrevistas coletadas com seus membros, são um paradoxo: de um lado, são as organizações mais antigas, com mais variado repertório de ação que compõe seus quadros (afinal, eram requisitos estabelecidos); de outro, a seletividade impressa pela natureza do trabalho gerava ressentimentos que impossibilitavam a participação plena da sociedade civil diante de desafios até mesmo financeiros. Entre 2010-2012, por meio de diversas estratégias, lideranças do movimento negro agiram a fim de transformar os conselhos de consultivos em deliberativos em todas as esferas da federação e é nesse contexto que a palavra "racismo institucional" é utilizada no repertório desse movimento social para definir os padrões de interação com o Estado. "Frei David defende uma estratégia similar à que tem adotado, e que sempre conjuga a negociação dos poderes públicos com a ação direta, o combate" (HASENBALG, 1996, p. 2004).

E é nesse sentido que a campanha A Cor da Marcha, organizada por coletivos de Brasília (DF),⁴ aparece como uma herdeira das Jornadas de Junho de 2013, capitaneada por Ana Flávia Magalhães Pinto, à época componente do coletivo Pretas Candangas e atual diretora-geral do Arquivo Histórico Nacional, conseguindo uma cadeira no conselho e encampando o avanço nas políticas públicas educacionais voltadas à população negra, um ano depois da aprovação da Lei de Cotas nas universidades federais. A campanha A Cor da Marcha foi criada em 23 de junho de 2013, e segundo sua página no Facebook "um grupo de ativistas negros considerou a urgência de uma articulação para fazer frente à tentativa de apagamento dos sujeitos políticos negros e se

⁴ Ver: PROGRAMA Acadêmico levará jovens negros e indígenas para estudarem em universidades no exterior. *PT*. [S. l.], 6 mar. 2014. Disponível em: <https://pt.org.br/programa-academico-levara-jovens-negros-e-indigenas-para-estudarem-em-universidades-no-externior/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

posicionar contra os usos oportunistas e antidemocráticos das manifestações populares".⁵ Em 19 de julho, em reunião com a presidenta Dilma Rousseff, além de serem apresentados os números da sub-representação nas casas legislativas, a própria Ana Flávia defendeu a criação de uma lei voltada para a mídia, de modo a fortalecer a participação da agenda da democratização nos meios de comunicação, conforme exposto no Facebook,⁶ e citou a Marcha dos Turbantes no Rio de Janeiro, dizendo ter reunido 300 mil pessoas que foram invisibilizadas pela mídia oficial (GIACOMINI; TERRA, 2014).

Importante sinalizar que esse já havia sido um dos dissensos ocorridos no momento da organização da marcha no Rio. A proposta para demarcar os manifestantes com turbantes entre um mar de pessoas era uma estratégia proposta por militantes negros do PT, nos quais seus membros se destacariam imagetivamente, e outros membros coletivizados não queriam vincular-se ao partido de nenhuma forma, nem mesmo aos "possíveis oportunismos" que uma sugestão como essa poderia gerar. Em votação, os turbantes venceram e foram às ruas.

O sentido da ideia de acontecimento e da memória: Marcha Contra a Farsa da Abolição e a Revolta dos Turbantes

Segundo Deleuze (2007), no momento presente do acontecimento, passado e futuro são postos em julgamento. Nesse sentido, o conceito de acontecimento nos ajuda a compreender como certos procedimentos democráticos podem produzir experiências desdemocratizadoras. O direito à manifestação e à livre opinião podem dar passagem ao discurso de ódio e, nessa injunção temporal do acontecimento, o passado e o futuro, além de julgados, são produtores de sentido da realidade a partir de um senso de ruptura que ao mesmo tempo reconcilia os tempos.

Domingues (2008) descreve o processo de desenvolvimento do movimento negro, já sinalizando que desde 1980 havia uma crescente atomização. Centenas de grupos afro-brasileiros foram criados nesse período em todo país. A partir dos anos 1990, é a vez das organizações não governamentais (ONGs) estabelecerem um novo modo de fazer militância em parceria com governos e com fundos internacionais (GIACOMINI; TERRA, 2014), graças às experiências anteriores que os movimentos negros já haviam tido com instituições do tipo Ford Foundation e Sephis. O processo de "onguização" dos movimentos responde, segundo Márcio André dos Santos (2008, p. 15), "à necessidade jurídica de obtenção de recursos financeiros e de relação de parceria com o Estado".

⁵ Ver: A COR DA MARCHA. *Várias pessoas negras têm se feito presentes nas manifestações públicas*. Rio de Janeiro, 24 jun. 2013. Facebook: ACorDaMarcha. Disponível em: <https://www.facebook.com/ACorDaMarcha/posts/pfbid02duE42pTpvXHGRqMcGPz5ULe5vZGNPCqfBFMZXMbPxFimjEJibwB6xUtMo6vMmizal>. Acesso em: 14 nov. 2023.

⁶ Ver: A COR DA MARCHA. *Relato da reunião do movimento negro com a presidenta Dilma Rousseff*. Rio de Janeiro, 20 jul. 2013. Facebook: ACorDaMarcha. Disponível em: <https://www.facebook.com/ACorDaMarcha/posts/1398572530358633>. Acesso em: 13 nov. 2023.



Além disso, há uma especialização no modo de atuar nas entidades do movimento negro, preferindo escolher um espaço temático específico para se concentrar. Dos anos 2000 em diante, a grande tendência, ainda segundo Domingues (2008), é o encampamento da luta por políticas públicas, especialmente as ações afirmativas, mesmo que essa seja uma antiga demanda, agora ela mobiliza mais setores. Minha hipótese é que a partir da década de 2010, principalmente na segunda metade, a principal tendência temática do movimento negro é a disputa eleitoral nominal que já havia sido iniciada na redemocratização, porém ganhou fôlego com a publicização do tema da representatividade e o avanço das deslegitimação do sistema político no momento da ocupação do Executivo federal pela esquerda.

Adicionado a isso, de modo geral, em todos os movimentos, é possível dizer que, com as redes sociais, a democratização no acesso à internet e o desenvolvimento de noções do eu mais individualistas, as pessoas têm mais liberdade para se identificar com identidades e discursos a distância, precedendo a necessidade de se organizar coletivamente para se autoidentificar como componente ou militante de uma causa qualquer.

Os acúmulos gerados pelas fragmentações do coletivo e do eu, das especialidades temáticas de trabalho nos movimentos sociais, ao contrário da percepção dos militantes entrevistados, facilitaram a produção de memória do movimento negro que antes tinha dificuldades em preservar sua memória por motivos variados, um deles por tentar representar uma população numericamente robusta.

Uma dessas dificuldades é, segundo Hanchard (2008), a distinção do processo de produção de memória negra em relação à memória produzida pelo Estado brasileiro. E, de fato, o movimento negro dos anos 1970 e 1980 desdobrou-se no desenho de pautas reivindicatórias que não apenas colocavam em xeque o lugar do negro na história oficial, como para que o Estado reconhecesse a discriminação racial partindo de um entendimento crítico e radical do passado brasileiro. Esse aspecto se acentuou com a proximidade dos 200 anos de assinatura da Lei Áurea, em 1988 (MEDEIROS, 2022).

As pautas das reuniões do Movimento Negro Unificado dos anos 1980 reunidas nas coleções de Reginaldo Bispo e Margarida Barbosa, localizados no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/UNICAMP), coadunam com os arquivos encontrados no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes (UCAM). Foi uma manifestação organizada com precedência mínima de dois anos (como também me revelou Adélia em entrevista), cujo objetivo era implodir o 13 de maio como data comemorativa e ilustrativa do Brasil como paraíso racial. Assim, espontaneamente, durante a Revolta dos Turbantes havia sido colocado como missão coletiva ultrapassar o Pantheon de Caxias, na Central do Brasil, como mencionado anteriormente por José de Andrade, como um novo marco para o movimento negro em referência à Marcha Contra a Farsa da Abolição, quando seus integrantes foram impedidos de passar desse ponto. O sentimento coletivo de ter passado

daquele marco foi significativo, criando conexões imediatas entre eventos com características e lapsos temporais significativamente diferentes.

Passados os anos, quando os entrevistados foram perguntados a respeito, essa relação foi completamente desfeita. Mas não necessários anos para que essa erosão no sentido da presença negra nas Jornadas de Junho pudesse acontecer. O lastro temporal não apenas alterou a percepção daquele momento, como evidenciou uma relação entre acontecimento e história. Mendonça e Simões (2022), em sua elaboração do conceito de acontecimento, relembram Slavoj Žižek e sua visão de que o acontecimento "interrompe o fluxo natural das coisas". Nesse sentido, as continuidades sentidas e vividas, após anos do acontecimento, foram cortadas não apenas no momento do acontecimento, como *a posteriori*. Assim, o conceito de acontecimento desestabiliza as interpretações fechadas dos fatos ocorridos e envolve "reconstruir a forma como ele afeta as estruturas de compreensão da realidade" (p. 27).

Figura 4: Militantes da Revolta dos Turbantes em um dos momentos que tentava chamar a atenção do coletivo maior jogando-se no chão e, em seguida, puxando o coro: "quem não pula é racista".



Foto: José de Andrade, 2013. Fonte: JOSÉ DE ANDRADE. [Sem título]. Rio de Janeiro, [2013]. Facebook: zezzyinho. Disponível em: <https://web.facebook.com/media/set/?set=a.10151633571259898&type=3>. Acesso em: 26 dez. 2013.

Segundo João Carlos,⁷ diferentemente de 1988, 2013 não foi um momento político (ano eleitoral) e o movimento negro não estava lá. Essas eram as principais características de diferenciação tanto da Marcha Contra a Farsa da Abolição como dos acontecimentos posteriores que levaram ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff: "O movimento negro (institucionalizado) não participou.

⁷ João Carlos tem 66 anos, nasceu no Rio de Janeiro, mas atualmente vive em Indaiatuba (SP). É técnico na área da saúde e pastor evangélico. Foi coordenador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (transformado em Educafro). Trabalhou na Fundação Palmares por quase 10 anos, entre as gestões de Zulu Araújo (2007-2011) e Eloi Ferreira (2011-2013); este último o exonerou, retornando para o Ministério da Saúde, quando conseguiu trabalhar nos mandatos de Anthony Garotinho (1999-2002), Benedita da Silva (1999-2003) e Sérgio Cabral (2004-2008) no governo estadual do Rio de Janeiro, ajudando a criar o projeto de assistência à saúde do servidor público. Compôs o Movimento de Ação e Reflexão Martin Luther King Jr.; o Conselho de Direito do Negro (extinto na gestão Garotinho) e foi presidente da Comissão Ecumênica de Combate ao Racismo (CENACORA).

Foram pessoas isoladamente, talvez com resquícios do medo da Marcha Zumbi. Foi um movimento da juventude”, disse João Carlos na entrevista.

Compartilhando essa percepção, mas de maneira mais matizada, indicando que o “povo tinha dificuldade de identificar uma luta que é sua” em um sentido ideológico, Adélia Azevedo,⁸ é enfática sobre não acreditar na correlação entre a Revolta dos Turbantes e a Marcha Contra a Farsa da Abolição. Ela também elaborou sobre como os conflitos geracionais se impõem e acionam dispositivos coletivizantes da experiência individual em meio à ação coletiva: “o militante jovem é muito individualista. O movimento negro está passando por muitas dificuldades. Ser militante hoje é *status*. Ser negro hoje todo mundo quer ser. Eu me decepcionei com a juventude, fiquei escandalizada”.

Jorge Ferreira⁹ foi além em sua visão distinta, pois estabeleceu conexões entre 1964 e 2013. Entendendo que 2013 tinha um projeto que envolvia não apenas “aniquilar uma mulher, mas uma cultura”, Jorge, que se diz “comunista desde a barriga da mãe”, não abriu mão da velha análise de conjuntura. Nesse sentido, a história é um dos seus principais recursos para explicar tanto seu posicionamento como sua análise, e, com base nela, ele estabeleceu conexões e semelhanças entre a história de vida de Dilma Rousseff e Angela Davis.

Para os três entrevistados, não só o movimento negro “perdeu” a disputa simbólica em diálogo com a sociedade em geral, como perdeu a si mesmo, mas essa análise não se restringe a 2013. Ela segue desde os anos 1990 até os dias atuais.

Durante a entrevista com João Carlos, perguntei-lhe se o movimento negro perdeu ou ganhou após junho de 2013, e esta foi a resposta: “Nenhum dos dois, porque não teve após, assim como não teve continuidade na grande Marcha de Zumbi. Foi cada um para seus movimentos contar a própria história”.

O “após” a que ele se referiu foi o momento de balanço da presença do ato dos coletivos negros das Jornadas. Dentre os entrevistados, apenas Adélia esteve presente, reunida no IFCS, com muitos conflitos que quase tornaram-se brigas corpo a corpo. “Saí da reunião e encontrei Denise, que estava pau da vida. Eles não tem noção do ontem, do hoje e do amanhã. Eles não querem deixar nada”, diz Adélia.

Assim, a Revolta dos Turbantes pode ser entendida como uma ruptura dentro da ruptura, demonstrando uma clara linha pessimista com o presente do movimento negro, que era o

⁸ Adélia Azevedo, nasceu no Rio de Janeiro, tem 79 anos, é pedagoga, pós-graduada em História da África e arteterapeuta. Militante negra organizada desde os anos 1970, iniciando sua trajetória no IPCN como membra executiva. Brizolista, como ela se autoidentifica, ocupou diferentes posições dentro de escolas do município do Rio, de professora à diretora da Escola Municipal Barão de Macaúba. Foi diretora partidária do PDT e secretária do movimento negro do PDT, durante o governo de Leonel Brizola (1991-1994), nos diretórios e superintendência de educação, deixando o partido logo após a morte de Brizola.

⁹ Carioca, Jorge Ferreira tem 61 anos, foi membro da Organização Popular É Para Lutar (OPPL), e fotógrafo dos jornais O Dia e Inverta, criador e membro do Grupo Afro-Cultural 20 de Novembro, sediado na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, nos fins dos anos 1980. Foi animador cultural da gestão do governo estadual de Leonel Brizola (1991-1994).



mesmo há 10 anos. Dessa forma, esse pessimismo é acionado para vários momentos da história recente do Brasil. Os entrevistados concordam que a partidarização do movimento negro contribuiu mais com os problemas que com as soluções, por mais que reconheçam os avanços para a população de modo geral.

Figura 5: João Carlos, de turbante, com Adélia Azevedo ao seu lado em primeiro plano e demais integrantes da marcha.



Foto: Cizinho Afreeka, 2013. Fonte: CIZINHO AFREEKA. [Sem título]. Rio de Janeiro, [2013]. Facebook: cizinho.afreeka. Disponível em: <https://web.facebook.com/media/set/?set=a.647892498573470&type=3>. Acesso em: 26 dez. 2023..

Entendo, assim, que Hanchard (2008) não apenas tem razão, mas que a versão do movimento negro produzida nos anos 1970 e 1980 não deve ser lida apenas como uma singularidade, mas como uma disputa de Brasil. Se no final do século XX o movimento negro se dedicou a produzir uma nova memória coletiva, enfrentando a democracia racial promovida pelo Estado, pautando a ideia de quilombo como instituição primária e a figura de Zumbi como herói nacional (ROCHA, 2023), reposicionando a importância dos africanos na construção do país, entre outros elementos, isso estava sedimentado em 2013.

A dificuldade de compreender aqueles atores jovens por parte dos ativistas mais velhos como parte do movimento negro se dá por vários motivos, porém foi possível perceber pelas entrevistas que as mudanças bruscas nas formas de organizar-se coletivamente que os tempos contemporâneos produziram podem ser compreendidas pela sociologia das gerações. Há entrevistados com idades entre 61 e 79 anos, já demonstrando uma heterogeneidade etária. Em segundo plano, os próprios entrevistados identificam entre pessoas com 10 ou 20 anos a mais os seus mentores, como a própria Adélia é um referência para Jorge com seus 18 anos de diferença. Ou José de Andrade e sua relação com Yedo Ferreira e seus 22 anos de diferença. Porém, de alguma forma, todos os entrevistados se veem como componentes de uma mesma geração. Dessa forma, o sentido de geração aplicado aqui não utiliza as idades cronológicas como únicas fontes de diferenciação, mas de passado e presente coexistindo a partir de experiências e identidades diferenciadas. O Estado é um ativo nesse processo, não apenas pela normatização

de aspectos da vida cronológica, mas pela própria relação com a cidadania que esses indivíduos estabeleceram em suas juventudes durante a ditadura e sua posterior interação em diferentes posições da burocracia partidária e estatal (DOMINGUES, 2002).

Figuras 6, 7 e 8: Cartazes elaborados pelos integrantes da Marcha com textos contra o racismo.



Fotos: Cizinho Afreeka, 2013. Fonte: CIZINHO AFREEKA. [Sem título]. Rio de Janeiro, [2013]. Facebook: cizinho.afreeka. Disponível em: <https://web.facebook.com/media/set/?set=a.647892498573470&type=3>. Acesso em: 26 dez. 2023.

Em todas as entrevistas, a ideia de que a marcha, mas não o movimento, era dos jovens foi explicitada. A complexidade dos sujeitos concretos parece escapar para aqueles que desejam delimitar identidades. Conforme argumenta Rocha (2023), o movimento negro dos anos 1970 e 1980 adquiriu características nacionalistas, e, como tal, não somente absorveu uma comunidade em sua uma origem, mas também com um destino comum. As tendências homogeneizadoras de qualquer discurso de base nacional não escapam ao movimento negro e é isso que é visto nas narrativas colhidas nas entrevistas.

No microcosmo do movimento negro nas ruas, o próprio perfil no Facebook de Cizinho Afreeka, do qual retirei parte das imagens aqui expostas, possui a seguinte descrição: "juntos, mas não misturados", a mesma desde quando foi criado. Isso demonstra que diferentes ideologias e compreensões de mundo estavam dividindo o mesmo espaço nas ruas sob a centralidade da luta contra o racismo entendido como problema transversal ao Brasil.

Ao contrário do que pode parecer, os ativistas com mais de 60 anos e a juventude que estava nas ruas como diferentes gerações, tinham o mesmo repertório de confronto. Como dito anteriormente, os entrevistados compunham quadros dos bastidores e compartilhavam do mesmo sentimento de não representação no sistema político, porém com razões distintas. Os mais velhos, considerados herdeiros do brizolismo, interpretam o momento presente como desdobramento das "traições sofridas por Brizola". Eles acreditam que o movimento negro não se desenvolveu porque "alguns poucos beneficiaram-se da ideia do racismo e se afastaram do povo", e, finalmente, percebem que sua presença era importante para que "os mais novos entendessem que não estavam sozinhos", a "necessidade de passagem do bastão" e a crítica-denúncia para que "o Brasil não se transforme no capitão-do-mato".

Nesse sentido, a identidade dos ativistas negros "de outrora" era apenas mais uma daquelas dispostas naquele espaço diante dos novos contextos históricos e as dificuldades com a juventude se davam ao redor da diferença de gerações (DOMINGUES, 2002) de ativismo, por diferentes padrões de interação com o Estado. Os jovens e seus coletivos, prezavam por ideias de autonomia e de crítica ao Estado do presente; enquanto os velhos, com seus movimentos e suas relações frustradas com os partidos e o Estado do passado.

O blogue de Ana Flávia Magalhães Pinto é uma fonte sobre os padrões de interação entre movimento negro e governo federal. Nota-se que sua última postagem como integrante do CNPIR é de 18 de março de 2014,¹⁰ porém a página no Facebook de A Cor da Marcha (que utiliza o blogue de Ana Flávia como *site* secundário de informação) serviu de instrumento para visibilizar diferentes ações coletivas, como a contrária à proposta de emenda à Constituição

¹⁰ DA BALA à bola – presidenta Dilma Rousseff se reúne com integrantes do Movimento Negro para falar sobre campanha contra racismo na Copa. *Por falar em liberdade...* [S. l.], 18 mar. 2014. Blogue. Disponível em: <https://porfalaremliberdade.blogspot.com/2014/03/relato-sobre-reuniao-da-presidenta.html>. Acesso em 10 nov. 2023.

(PEC) da redução da maioria penal; a maioria de suas postagens tem a finalidade de denunciar a violência do Estado. Em 2018, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, já interpretado como golpe, a campanha faz um chamado coletivo à “qualificação do legislativo” promovendo uma segunda campanha, Eu Voto em Negro, e sinalizando para a composição do Legislativo de 2014. Reclamando o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco como atentado à luta pela representação e pela justiça, a campanha por maior representatividade negra comprometida com pautas progressistas, prezava por “fortalecer uma agenda democrática, antirracista, feminista negra, plural e diversa”.¹¹

Dessa forma, passados 10 anos das Jornadas de Junho de 2013, é possível ver que na década de 2010 iniciou-se uma nova fase do movimento negro brasileiro, com especial atenção para as feministas negras que, graças às suas perspectivas interseccionais e suas formas específicas de tradução da luta política, que ainda merecem ser melhor estudadas, aparentam ter melhores desempenhos dentro da estrutura estatal (SANTOS, 2009), conseguindo concentrar em uma única identidade não homogênea outras três oriundas de desigualdades perduráveis: raça, gênero e classe. Se, conforme Giacomini e Terra (2014), a participação nos conselhos não era a única estratégia de atuação do movimento negro, após 2015, com a desativação ou esvaziamento de órgãos institucionais de participação (GOHN, 2023), essas outras entradas passaram a ser privilegiadas, especialmente após os governos Temer e Bolsonaro, que se seguiram, e via-se um cenário de desdemocratização.

Em 2018, não apenas a eleição de Jair Messias Bolsonaro aconteceu e tornou-se o fio condutor para entender o passado recente, como sugiro aqui o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco como outro evento que precipitou uma série de mobilizações em âmbito nacional e internacional no mesmo ano. Isso criou uma nova janela de oportunidade para o movimento negro por já ter práticas institucionalizadas dentro dos partidos e do próprio Estado e basicamente como a única novidade incluída no repertório da esquerda brasileira. Nesse ano, quase metade das candidaturas do país era composta de pessoas negras (apesar do baixo índice de elegibilidade). No Rio de Janeiro, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao qual a vereadora era afiliada, lançou uma série de candidaturas de mulheres negras (também vinculadas à figura de Marielle) cuja maioria está no gozo de seus mandatos pelo pleito de 2022.

Nesse ínterim, as dificuldades de candidaturas negras tentaram ser mitigadas com políticas internas dentro dos partidos e na própria ação do Estado, definindo leis, como a aprovação de que candidaturas femininas representem pelo menos 30% das listas nominais e a destinação do fundo eleitoral obrigatoriamente para candidaturas de negros e mulheres. É importante lembrar que desde os anos 1990 a América Latina tem liderado a adoção de leis de cotas para

¹¹ Ver: A COR DA MARCHA. *Campanha “Voto Negro em 2018”*. Rio de Janeiro, 25 jun. 2018. Facebook: ACorDaMarcha. Disponível em: <https://www.facebook.com/ACorDaMarcha/posts/pfbid02wGab2E8zCoXfDDaMEUrA1zDjNHHm5LnHeZPC9nYmMifcAY783VjiGUebHzn6aMe4l>. Acesso em: 9 nov. 2023.

mulheres em níveis mundiais e hoje avança nos termos de democracia paritária (JOHNSON, 2022), que já era parte do *frame* "o negro é maioria" como uma referência ao quantitativo populacional de negros e pardos, dos atores coletivos em ação direta na Assembleia Nacional. Com a intersecção entre raça, gênero e classe, mulheres negras podem ser potencialmente as mais beneficiadas dessas políticas.

Ainda há de se analisar os impactos de ações da sociedade civil, que vem propondo formação política para mulheres negras (cis e trans), sobre os resultados eleitorais e o próprio perfil de *advocacy* que esses grupos promovem. Porém, sua movimentação não pode ser ignorada e deve ser entendida como a principal inovação nas agendas de esquerda do país. Iniciativas como Eu Voto em Negra, Estamos Prontas, A Tenda para Candidatas e Coalizão Negra por Direitos, todas centradas na produção, preparação e articulação de candidaturas negras, especialmente de mulheres, em todo país, são uma notável mudança de direção que pode ser vista, como dito anteriormente, como uma aposta diante da mudança na autodeclaração de pessoas negras e pardas no país.

Em 2023, o presidente Lula não só elevou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em nível de ministério, como indicou Anielle Franco, irmã de Marielle, representante de uma ONG e ex-diretora do Instituto Marielle Franco, cuja principal linha de ação, além de assegurar o direito de memória, pressão por justiça na elucidação do caso de assassinato de Marielle e Anderson, tem apoiado diretamente a formação de candidaturas negras pelo país, como a iniciativa Estamos Prontas. Isso e o atual ministro dos Direitos Humanos, também oriundo da presidência do Instituto Luiz Gama (uma ONG), Sílvio de Almeida (também pessoa negra) são alguns exemplos de como o Estado na gestão Lula tem escolhido dialogar com a sociedade civil por meio da representação direta, e não apenas de sua participação em conselhos ou em gabinetes, uma completa novidade.

Considerações finais

Percebemos que a visão de Gohn (2023) sobre a preponderância da juventude é corroborada pela visão dos entrevistados e está dentro da heterogeneidade dos atores organizados enquanto movimento negro. Isso pode ser explicado, em parte, pela diferença geracional e, por outra, por uma divisão entre *insiders* e *outsiders* da política institucional, com especial atenção para que metade dos entrevistados foram *insiders* entre os anos 1980 e 2008. Nesse sentido, as fronteiras que são explicitadas no discurso são difusas, o que sugere ler o papel dos atores sociais com base nos padrões de interação *in situ*. Dizer isso significa compreender que a leitura dos antigos militantes (que incluíam os membros do CNPIR), em que compor governo ou estar na academia (dois espaços que recorrentemente aparecem como problemáticos para os entrevistados) não pode funcionar como esvaziamento do movimento social, pois a capacidade dos movimentos de influenciar políticas públicas depende do seu potencial disruptivo e de mobilização,



pressionando a máquina social desde fora. Isso caminha em um sentido de compreensão do Estado como problema social, tal qual os neomarxistas (TRINDADE; BUGIATO, 2020), já que sua principal pauta é o assassinato de jovens nas periferias brasileiras por agentes do Estado.

Neste artigo, empreguei fontes bibliográficas que partem de princípios teóricos distintos, pois o grosso da literatura sobre Junho de 2013 perpassa pela lógica dicotômica entre Estado e sociedade. Porém, ao observar um ator coletivo específico, o movimento negro, e seu processo de institucionalização recente, parte dessa literatura é insuficiente. Por outro lado, a teoria dos novos movimentos sociais, também dominante na literatura brasileira, normalmente considera o discurso das lideranças, mas ignora que essa é apenas uma parte da realidade, e não ela como um todo, especialmente no tocante ao movimento negro, que batalhou não apenas para que suas pautas fossem incorporadas pelo Estado, mas também para convencer a população geral de que falar de raça era relevante, pois esse mesmo Estado já havia produzido uma narrativa contrária vulgarmente identificada como ideologia da democracia racial. O número de trabalhos sobre as frustrações de ativistas que atuaram no Estado desde dentro é imenso e os relatos aqui explicitados juntam-se a essa lista. Entretanto, o ponto de nossos entrevistados é que “a presença das classes dominadas no Estado não significa que elas tenham condições de disputar sua hegemonia em condições de igualdade com os grupos dominantes”, em que o Estado trabalha com “filtros de interesse” e “padrões de exclusão” que visam proteger a classe dominante de si mesma (TRINDADE; BUGIATO, 2020, p. 428).

Quando propõe as próprias candidaturas, o movimento social negro investe em uma velha estratégia que incide no convencimento da população, e não apenas no encastelamento de suas ações, cujo escopo é apenas estabelecer uma relação direta com o Estado.

Assim, foi possível perceber uma narrativa que, em vez de explicar o bolsonarismo e temas correlatos, busca identificar uma inovação no campo da esquerda, da qual o movimento negro é ator privilegiado. Na era das redes sociais e após o assentamento de diferentes políticas públicas voltadas para negros, podemos entender que a população brasileira foi estimulada de modo que o movimento negro pudesse a ganhar mais espaço na sociedade por meio do compartilhamento de uma memória, mesmo que difusa, e uma pauta sobre a violência policial.

Referências

- ALONSO, Angela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Ciclos políticos: su conceptualización y la América Latina contemporánea. In: TORRES, Esteban; DOMINGUES, José Maurício (eds.). *Nuevos actores y cambio social en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 263.
- BUCCI, Eugênio. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DOMINGUES, José Maurício. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, São Paulo, v. 14, p. 67-89, 2002.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. *Dimensões*, Vitória, n. 21, p. 101-124, 2008.
- GIACOMINI, Sonia Maria; TERRA, Paulo. Participação e movimento negro: os desafios do "racismo institucional". In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação, burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 187-211.
- GOHN, Maria da Glória. Junho de 2013, 10 anos depois: um enigma a se decifrar. *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 10-38, 2023.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Modernidades negras*. A formação racial brasileira (1930-1970). São Paulo: Editora 34, 2021.
- HANCHARD, Michael. Black memory versus state memory: notes toward a method. *Small Axe: a Caribbean journal of criticism*, North Carolina, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2008.
- HASENBALG, Carlos *et al.* (orgs.). *Questões de raça*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1996.
- JOHNSON, Niki. Da cota à paridade: lições da América Latina. *Diálogo Político*, [s. l.], n. 2, 2022.
Disponível em: https://dialogopolitico.org/wp-content/uploads/2023/03/Eleicoes_Artigo_4.pdf.
Acesso em: 13 nov. 2023.
- LAVALLE, A. G. *et al.* (orgs.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 411 p. Introdução.
- McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. The trends of social movements in America: professionalization and resource mobilization. Morristown: General Learning Press, 1973.
- MEDEIROS, Mário A. S. Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930. *Revista USP*, São Paulo, v. 133, p. 47-62. 2022.
- MENDONÇA, Ricardo F.; SIMÕES, Paula G. Junho de 2013 como acontecimento. In: TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo Fabrino (orgs.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- MEYER, David S.; TARROW, Sidney (orgs.). *The social movement society: contentions politics for a new century*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.



- MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o "estado do conhecimento" em relações étnico-raciais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 62, p. 164-183, dez. 2015.
- PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard. *Poor people's movements: why they succeed and how they fail*. New York: Vintage Books, 1979.
- RICCI, Rudá. Não podemos condenar junho de 2013 por causa da reação conservadora. *Jacobin Brasil*, [s. l.], 16 jun. 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/06/nao-podemos-condenar-junho-de-2013-por-causa-da-reacao-conservadora/>. Acesso em: 19 out. 2023.
- RIOS, Flávia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In: LAVALLE, Adrian Gurza et al. (orgs.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- ROCHA, Marianne da Silva. O pan-africanismo carioca das décadas de 70 e 80 do século XX. *SciELO Preprints*, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6828>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- RODRIGUES, Cristiano; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBTQ+ nos governos Lula e Dilma (2003-2014). *Opinião Pública*, Campinas, n. 28, p. 635-677, 2023.
- SANTOS, Márcio André dos. A persistência política dos movimentos negros brasileiros: transformações e novos desafios institucionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 9., 2008, New Orleans. *Anais [...]*. New Orleans: BRASA, 2008.
- SANTOS, Márcio André dos. *Políticas raciais comparadas: movimentos negros e Estado no Brasil e na Colômbia (1991-2006)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Sociedade e cultura*, Goiânia, v. 2, n. 12, p. 275-288, 2009.
- SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 22, p. 93-128, abr. 2017.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.
- TRINDADE, Thiago Aparecido; BUGIATO, Caio Martins. A interação entre movimentos sociais e sistema estatal no Brasil: um debate a partir das contribuições de Claus Offe e Nicos Poulantzas. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 411-440, mai. 2020.
- ZIBECCHI, Raúl. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. *Observatorio Social de América Latina*, [s. l.], vol. 14, n. 34, nov. 2013.

